

---

ELÍSIO ESTANQUE

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Sociais

## As classes sociais na sociedade portuguesa: Um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright\*

---

93

*Apresentam-se no presente texto alguns dos resultados da pesquisa realizada sobre a estrutura de classes na sociedade portuguesa, entre os quais se destacam o peso estrutural dos «proletários» e da «pequena burguesia». São também estas as categorias mais debilitadas economicamente e, no plano das atitudes subjectivas, as mais favoráveis à intervenção do Estado na economia. As localizações de «classe média», por seu lado, revelam uma fraca presença percentual na estrutura de classes e são mais feminizadas quando comparadas com as dos países desenvolvi-*

*dos. São também estas as posições de classe menos «estatistas» e as mais participativas em termos associativos e de intervenção em acções de protesto. Dada a ambiguidade de alguns dos resultados obtidos – nomeadamente no plano das atitudes, orientações ideológicas (consciência de classe) e práticas de intervenção político-social –, chama-se a atenção para a presença de factores não clasistas que resultam da articulação dialéctica entre lógicas e dinâmicas capitalistas com subjectividades e contextos sócio-culturais não capitalistas.*

O

S estudos sobre as classes e as desigualdades sociais em Portugal são tão antigos como a própria sociologia portuguesa. Mas, apesar de o tema ter merecido a atenção de alguns dos nossos mais destacados investigadores na

### 1. Introdução

---

\* Os resultados que aqui se apresentam inserem-se num estudo mais vasto, recentemente concluído, em conjunto com José Manuel Mendes – *Estrutura de Classes e Trajectórias de Classe em Portugal* –, no âmbito de um projecto de pesquisa sediado no Centro de Estudos Sociais e financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) – Proj. nº PCH/C/SOC/760/93. Além dessa entidade, o autor agradece à Comissão Fulbright, à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e à Fundação Calouste Gulbenkian, instituições que financiaram diversas deslocações ao estrangeiro, particularmente frutuosas para a realização deste trabalho. O presente texto é uma versão alterada de uma comunicação apresentada no VIII *International Meeting of the Comparative Project on Class Structure and Class Consciousness*, realizado em Camberra, na Universidade Nacional Australiana, 1-3 de Agosto de 1997.

Agradeço ainda à Maria Eugénia Rodrigues, à Graça Capinha e ao Hermes Costa, o meu sincero reconhecimento pelo seu extremo cuidado e paciência na revisão final do artigo. As suas eventuais insuficiências são, no entanto, da inteira responsabilidade do autor.

área das ciências sociais, raramente esses estudos se basearam em dados recolhidos directamente e os que o fizeram são parciais<sup>1</sup>. Ao levarmos a cabo uma pesquisa apoiada num inquérito de âmbito nacional especificamente orientado para o estudo das classes e enquadrada num projecto internacional mais amplo<sup>2</sup>, quisemos não só contribuir para um conhecimento mais sistemático e actualizado da estrutura de classes portuguesa, mas também proporcionar a análise comparativa com outros países. Os promotores desse projecto internacional têm procurado mostrar que a análise neomarxista das classes continua a ser um importante campo de investigação, apesar do terreno adverso que a circunda, das contínuas reformulações que tem sofrido e das suas próprias limitações e contradições internas.

Uma das limitações do modelo teórico de Erik Olin Wright que aqui utilizamos (Wright 1989a; 1997) é, a nosso ver, o seu excessivo pendor estruturalista, no sentido em que o referido modelo acaba por negligenciar o efeito dos processos sociais sobre as estruturas e a forma como estas dialecticamente interferem naqueles, persistindo alguma rigidez no que se refere, nomeadamente, aos problemas resultantes da interconexão entre os efeitos contextuais ou «não-estruturais» (efeitos não-classistas) e as estruturas de classe – particularmente visível na questão das subjectividades e da consciência de classe. Estes aspectos continuam a ser tendencialmente vistos como desvios (Carchedi, 1989:117). Tentaremos colmatar esta limitação, procurando interpretar os dados obtidos para além da ênfase estrutural e da lógica restrita dos métodos quantitativos que subjazem à análise de Wright. Nesse sentido, dar-se-á atenção aos factores contextuais e ao campo das relações de mercado num sentido mais

---

<sup>1</sup> Apesar da abundância das pesquisas até agora efectuadas, elas apoiaram-se em geral em dados secundários e as mais recentes são relativamente parcelares, ou seja, ao contrário do que acontece com este estudo, não abrangem o conjunto da população activa portuguesa. Não só por essa razão, mas ainda porque o presente projecto se apoiou num modelo teórico diferente, tornou-se difícil estabelecer um diálogo científico aprofundado com essas abordagens. De entre os trabalhos mais relevantes sobre a sociedade portuguesa destacam-se: a investigação de Sedas Nunes e David Miranda (1969); os estudos dirigidos por Eduardo de Freitas (Freitas, 1973; Freitas, Almeida e Cabral, 1976); a análise de Marques e Bairrada (1982), o trabalho de João Ferrão (1982; 1985; e 1990) e Jorge Gaspar (1987); e, num período mais recente, os estudos conduzidos pela equipa do ISCTE de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Almeida, 1986; Costa, 1987; Almeida *et al.*, 1990; Costa *et al.*, 1990; Almeida *et al.*, 1994).

<sup>2</sup> O *Projecto Comparativo da Análise de Classes*, sediado na Universidade de Wisconsin-Madison (EUA) e dirigido por Erik Olin Wright.

amplamente – nos termos da teoria weberiana –, tendo em conta algumas das especificidades da sociedade portuguesa e da sua história recente, a fim de encontrar explicações para certos resultados que, de acordo com os pressupostos do referido modelo, surgem como incongruentes. Esta preocupação ainda mais se justifica se nos lembrarmos que Portugal se distancia em muitos aspectos do modelo de capitalismo avançado que inspirou a construção do referido quadro teórico.

Como ponto prévio à apresentação dos resultados respeitantes à sociedade portuguesa, vale a pena situar alguns dos desenvolvimentos mais recentes da análise wrightiana das classes e esclarecer os principais conceitos a que recorremos.

À parte os vários ataques movidos pelos weberianos a alguns dos marxistas mais persistentes como Wright, certas formulações teóricas originárias daquela corrente têm sido parcialmente incorporadas nas últimas abordagens deste autor, ao mesmo tempo que o próprio conceito de classe vem perdendo alguma centralidade: «a análise de classes não precisa que se privilegie universalmente a classe sobre todas as outras divisões sociais para justificar o seu programa de pesquisa» (Wright, 1996:703)<sup>3</sup>. Todavia, reconhecer a perda

## 2. Enquadramento teórico

<sup>3</sup> Como se sabe, este autor tem sido ao longo do tempo alvo de inúmeras críticas dentro e fora do campo marxista. O seu estruturalismo e a excessiva ênfase que inicialmente colocou na «autonomia», o seu conceito de «lugares contraditórios de classe» nos debates que nos anos 70 travou com Poulantzas e Miliband, o seu individualismo metodológico, deram azo a reacções mais ou menos polémicas (cf. Wright, 1979; Poulantzas e Miliband, 1975; Mozzicafreddo, 1981). A reformulação do conceito de «exploração» com base nos modelos de John Roemer foi decisiva na construção do actual modelo de análise (Wright, 1989a; cf. Costa, 1987). Mais recentemente, tem sido acusado de relativismo em excesso e o seu modelo das doze localizações de classe levou alguns a interrogarem-se sobre a «admirável incorporação da multidimensionalidade pós-weberiana por parte de um assumido marxista» (Clarke e Lipset, 1991). Para situar os debates mais recentes, veja-se também: Clarke *et al.*, 1993; Hout *et al.*, 1993; Pakulsky, 1993; Pakulsky e Waters 1996a e 1996b; Wright 1989a, 1994, 1996 e 1997. Para além da pertinência dos contra-argumentos, é de sublinhar o trabalho contínuo de reactualização e, sobretudo, a preocupação com o rigor conceptual e analítico desenvolvido por Wright ao longo de duas décadas e meia de um trabalho teórico ímpar, apoiado em inúmeras pesquisas empiricamente fundamentadas. Na obra *Reconstructing Marxism* reconhece-se que o marxismo enquanto teoria unificadora – da análise de classes, da acção emancipatória e do socialismo científico – não pode continuar a sustentar-se e o que resta é «uma teoria social com menos ambição e com menos certezas acerca das suas capacidades explicativas» (Wright *et al.*, 1992: 191). Todavia, a vitalidade do marxismo continua a ser defendida já no

de primazia da classe é diferente de clamar o seu tendencial desaparecimento como sustentam alguns autores (Clark e Lipset, 1991; Pakulsky e Waters, 1996a e 1996b). No que respeita à análise de classes, parece inegável a crescente aproximação entre neo-marxistas e neo-weberianos, de que são exemplo as contribuições de autores como Parkin, Bourdieu, Giddens ou Goldthorpe<sup>4</sup>.

O próprio Wright aponta as vantagens de «marxianizar o weberianismo», reposicionando esta perspectiva em torno do conceito marxista de exploração<sup>5</sup>. Segundo ele, o elo estrutural que liga explorador e explorado na produção afecta as *capacidades de mercado* e as *oportunidades de vida* dos membros das classes sociais em presença e, assim, o conflito distributivo e a desigualdade nas «oportunidades de vida» são vistos em articulação com as relações de exploração sediadas na produção. Os diferentes critérios utilizados na construção da tipologia das localizações de classe correspondem a diferentes formas de exploração (propriedade, qualificações e autoridade), dando lugar a um conjunto de doze categorias. Mas, embora a localização «directa» na estrutura de classes, a partir da posição dos indivíduos nas relações de produção seja, neste caso, o elemento principal

---

novo contexto dos anos 90: «aquilo que aos olhos dos críticos hostis surge como a agonia do marxismo pode não ser mais do que uma crise de crescimento num momento em que o mesmo conhece um amadurecimento enquanto teoria sócio-científica das classes e seus efeitos» (Wright, 1994: 34).

<sup>4</sup> Há já uns anos atrás, mas seguindo uma linha bem actual de mútua permeabilização entre estas duas tendências, Frank Parkin (1979) afirmava que «dentro de cada marxista existe um weberiano a lutar para sair cá para fora». A resposta recente de Erik Olin Wright, ao afirmar que «dentro de cada weberiano de esquerda existe um marxista a lutar para permanecer escondido» (Wright, 1997), não é suficiente para negar tal tendência, reconhecendo ele próprio que a pesquisa empírica fundada na matriz das doze localizações de classe se presta a interpretações de conteúdo weberiano. Na obra de Pierre Bourdieu (1979), por exemplo, analisam-se os consumos e os estilos de vida entre diferentes classes e fracções de classe, combinando uma visão neoweberiana com um quadro estrutural de raiz marxista. Outros autores, como Dahrendorf (1982), Giddens (1975), Goldthorpe (1980) e Parkin (1979), têm de algum modo procurado conciliar analiticamente ambas as correntes.

<sup>5</sup> Em algumas formulações, o próprio conceito de «exploração» surge como elo de ligação entre as duas tradições. É o que acontece quando, por exemplo, John Roemer fala em «exploração de *status*» ou em «exploração socialista» e quando se admite que, em termos abstractos, pode haver exploração mesmo num modelo de sociedade sem mercado de trabalho, ou seja, com todos os produtores a serem proprietários dos seus meios de produção, os próprios mecanismos de mercado fornecem as bases da exploração. Wright adere claramente a esta ideia quando, no seu último livro, desenvolve a metáfora do «efeito *schmoo*» (Wright, 1997; cf. também Estanque e Mendes, 1998). Para uma síntese desta discussão e em particular dos modelos de Roemer, ver Costa (1987).

da matriz das localizações de classe, é importante esclarecer que os efeitos da estrutura de classes sobre as práticas sociais e a acção colectiva passam também por outras *mediações*, como sejam a interferência «indirecta» da classe através das redes sociais (familiares e de amizade) e das trajectórias pessoais ou intergeracionais em que os indivíduos se situam<sup>6</sup>.

Por outro lado, a actual concepção teórica de Wright, além de evidenciar maior maleabilidade face aos seus críticos, rejeita de forma categórica tanto o pressuposto evolucionista da teoria do materialismo histórico de Marx (Wright *et al.*, 1992), como o pendor determinista e abstracto que acompanharam a teoria das classes no passado (Poulantzas, 1975). O próprio envolvimento ideológico e político que serviu de fundamento a sucessivas gerações de marxistas é hoje visto com muito maior frieza e distanciamento (Wright, 1994). O maior rigor conceptual introduzido pelo esforço «racional» e «analítico» parece, em contrapartida, culminar numa perda de vitalidade crítica, fazendo com que alguns dos instrumentos conceptuais utilizados apareçam hoje envoltos num excessivo relativismo.

Vale a pena, começar por sistematizar sucintamente algumas das noções mais importantes no contexto da presente abordagem, tais como as de *estrutura de classes*, *localizações de classe* e *consciência de classe*. O conceito de *estrutura de classes* surge actualmente despido da sua tradicional carga essencialista, o que facilita uma interpretação das classes à luz das múltiplas articulações entre os efeitos do mercado, da comunidade e das relações de produção. Na mais recente formulação de Wright, a *estrutura de classes* torna-se um conceito mais maleável e susceptível de ser operacionalizado em diferentes níveis analíticos, permitindo assim a sua contextualização no quadro de espaços locais ou regionais particulares. Muito embora, tipicamente, continuemos a identificar estruturas de classes da sociedade X ou Y, referindo-nos a diferentes países ou sociedades nacionais, é possível conceber a existência de estruturas classistas em diferentes níveis de análise. Para além das sociedades globais a que este conceito tradicionalmente se dirige, podem apontar-se regiões, sectores produtivos, ou mesmo empresas e institui-

---

<sup>6</sup> Alguns resultados da sociedade portuguesa referentes às permeabilidades de classe entre diferentes gerações e à posição de classe do cônjuge e do amigo mais próximo foram publicados noutra lugar (Estanque e Mendes, 1998).

ções como entidades dotadas de uma estrutura de classes específica. A distribuição diferencial dos diversos conjuntos de indivíduos de acordo com os recursos que possuem – propriedade dos meios de produção, credenciais escolares (ou qualificações) e recursos organizacionais (ou posições de autoridade) – dá-nos diferentes cenários de possíveis estruturas de classes, ou seja, conjuntos de posições estruturadas de acordo com as diversas combinações entre esses recursos, designadas por *localizações de classe*. Existem estruturas de classe de nível micro ou meso, assim como outras mais amplas, de nível macro. Pode até conceber-se uma estrutura de classes do sistema capitalista mundial (Wright, 1997: 378).

O conceito de *localizações de classe* refere-se aos elos estruturais que ligam os indivíduos às micro-estruturas de classe. Trata-se de espaços de relações sociais que directamente condicionam as práticas sociais ou formas de consciência particulares dos agentes por elas enquadrados, isto é, impondo-lhes certos limites (embora não as determinando). Por exemplo, um indivíduo que, no exercício da sua actividade produtiva, não possua a propriedade dos meios de produção (assalariado), tenha elevadas credenciais e ocupe uma posição de autoridade (com influência nas decisões organizacionais e de gestão) situa-se na localização de classe aqui designada por «gestor qualificado». As suas *práticas de classe* correspondem àquelas práticas que resultam da combinação desses diferentes recursos (e, portanto, da sua condição de classe), como, por exemplo, uma reprimenda ou uma proposta de aumento de salário de um seu subordinado. As práticas e a consciência de classe são *de classe* não por qualquer natureza essencialista mas apenas e quando se trata de situações onde claramente interferem as condicionantes que resultam da localização ocupada. Quer dizer, nem todas as práticas, nem todas as subjectividades – incorporadas por um indivíduo ou conjunto de indivíduos enquadrados numa dada localização de classe –, serão «de classe». O que importa realçar é que *a classe conta*, ainda que não constitua o único aspecto decisivo.

Do mesmo modo, a *consciência de classe* é aqui um conceito que se afasta da concepção de George Lukács, rejeitando-se, portanto, a existência de uma «consciência imputada» atribuída à «classe como um todo» (Lukács, 1971). O conceito desenvolvido por Wright refere-se a agregações de consciências individuais, já que, em bom rigor, só os indivi-

duos têm consciência porque só eles, e não as entidades colectivas, são dotados de uma «mente» e de uma racionalidade capazes de combinar a intencionalidade com a vontade. Deste modo, quando nos referimos à «consciência de classe» estamos, de facto, a reportar-nos à hegemonia que certos conjuntos de consciências individuais podem adquirir no seio de um grupo particular, ficando em posição de influenciar as suas acções. As múltiplas formas de consciência que permeiam as localizações de classe de uma dada estrutura transportam pois todas as interferências e ideologias que circulam na sociedade e, deste modo, as configurações que adquirem podem, em concreto, revelar resultados tanto de sentido anti-capitalista como pró-capitalista, independentemente da localização de classe em causa. Falar de consciência de classe é falar de *formações ideológicas*, as quais correspondem, no fundo, às subjectividades individuais e colectivas que atravessam a estrutura das classes. Quando os indivíduos inseridos em «localizações contíguas» dessa estrutura apresentam formas de consciência claramente discrepantes, estaremos perante formações de classe incongruentes, que é como quem diz, pouco favoráveis à acção concertada. As *formações de classe* são formas de acção colectiva que, em geral, se apoiam em alianças de classe no decurso de lutas concretas (movidas por sindicatos ou através de outras modalidades de acção colectiva), agregando sectores da força de trabalho de diferentes localizações de classe.

A matriz geral das doze localizações de classe<sup>7</sup> de Erik Olin Wright é por de mais conhecida e dispensa-nos, por isso, de uma apresentação detalhada (Wright, 1989a; 1997). Recordemos apenas a forma como se combinam os três principais critérios que subjazem ao modelo: a propriedade dos meios de produção; as qualificações/ credenciais; e a autoridade/ recursos organizacionais. Os indivíduos que detêm a propriedade dos meios de produção são distribuídos pelas três localizações da coluna da esquerda (ver Matriz 1): os capitalistas (que empregam dez ou mais assalariados), os

---

<sup>7</sup> É importante sublinhar que, de acordo com este modelo, as designações utilizadas para cada uma destas categorias, se prendem apenas com os critérios referidos, devendo rejeitar-se as conotações que envolvem alguns destes termos como, por exemplo, o de «proletários» ou o de «gestores». A categoria proletária corresponde aqui aos assalariados mais despojados de recursos e não se restringe, portanto, ao operário industrial. Do mesmo modo, os «gestores» podem não ser, e na maioria dos casos não são, gestores de empresas ou da administração pública, no sentido vulgar.

pequenos empresários (de um a nove assalariados) e a pequena burguesia (sem assalariados). Do outro lado da matriz temos o conjunto de células dos assalariados, distribuídos segundo a combinação do volume de recursos que controlam, neste caso resultantes do cruzamento entre o volume de credenciais ou qualificações, por um lado, e do volume de autoridade (leia-se, recursos organizacionais), por outro. A quantidade desses recursos diminui à medida que se percorrem as diferentes localizações, na diagonal, desde a célula superior esquerda (com ambos os recursos elevados) à inferior direita (com ambos muito baixos). Por razões de operacionalidade e para facilitar a leitura dos dados respeitantes ao cruzamento das categorias com diversas atitudes, algumas destas células foram agregadas dando lugar a um modelo simplificado com apenas sete localizações (de acordo com os critérios indicados, ver Quadro 1).

### 3. A estrutura de classes na sociedade portuguesa

Começaremos por fazer uma breve caracterização da estrutura das classes no nosso país<sup>8</sup> e, em seguida, referir-se-ão as questões da consciência de classe, das atitudes subjectivas dos portugueses quanto ao papel do Estado e à estatização de diversos serviços e actividades económicas e, finalmente, as orientações políticas, experiências associativas e participação em acções de protesto. Os resultados obtidos foram cruzados com a matriz das localizações de classe (nas versões alargada e reduzida que acabámos de referir)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> O estudo sobre as Classes Médias Urbanas em Portugal, de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, além de abarcar apenas os centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, baseou-se numa tipologia de natureza diferente (com sete lugares de classe) e usou os dados do Recenseamento Geral da População e do Inquérito ao Emprego (cf. Almeida *et al.*, 1994: 326). Em todo o caso, poder-se-á acrescentar que, com uma amostra de características mais urbanas, parece óbvio que o peso das classes médias (por exemplo aquelas que,  *grosso modo*, são incluídas em categorias como «profissionais técnicos e de enquadramento» ou «empregados executantes») seja maior do que num estudo representativo da população activa (empregada) do continente, como é o caso do nosso. O mesmo se pode dizer em relação ao diminuto peso dos «camponeses», com apenas 6,2%, contra os 12,4% detectados nos nossos resultados. De resto, e como já foi referido, os nossos «proletários» não se circunscrevem aos «operários industriais» e, por isso, integram sem dúvida alguns sectores mais precarizados dos assalariados que, nesse estudo, entram na categoria dos «empregados executantes».

<sup>9</sup> Os critérios de operacionalização das variáveis seguiram de perto o procedimento de Wright (1989a: 303-323). Para a organização da nossa amostra e da sua distribuição regional, bem como na metodologia adoptada na aplicação do inquérito ou para consulta do questionário português, ver Estanque e Mendes (1998).



A recomposição social que vem ocorrendo na nossa sociedade nas últimas décadas, e que já foi assinalada noutros estudos, reflecte-se claramente nos resultados obtidos. Mas as altas taxas de mobilidade ascendente e descendente que vêm sendo detectadas (cf. Almeida *et al.*, 1994) não esbateram o peso morfológico das categorias mais desapossadas da força de trabalho<sup>10</sup>. A estrutura de classes portuguesa demarca-se da dos países centrais, desde logo pelo significativo peso da pequena burguesia, o que se prende claramente com a persistência do sector agrícola tradicional e isto apesar do seu evidente declínio (12,4%), mas também com o pequeno comércio, as actividades artesanais e familiares, e com o crescimento do trabalho autónomo e das profissões liberais. É um reflexo claro do desenvolvimento tardio do país em termos económicos e tecnológicos.

A categoria mais desapossada dos «proletários» é a que detém a maior presença percentual na sociedade portuguesa (46,5%), quer em relação às restantes categorias de classe, quer em comparação com os outros países. Na comparação com o país vizinho, é visível uma similitude quanto ao peso da pequena burguesia, mas nota-se também o menor número de pequenos empregadores naquele país, enquanto o peso dos trabalhadores semiquualificados, por exemplo, é substancialmente maior em Espanha<sup>11</sup> do que em Portugal (18,5 para 5,8%). Esta indicação deve ser interpretada tendo em conta a maior concentração do capital naquele país, já que o peso percentual dos empresários (pequenos e grandes, porque nos dados espanhóis as duas categorias se encontram agregadas) é claramente inferior, não só em relação ao obtido para Portugal, mas também para os outros dois países. Efectivamente, o elevado volume de força de trabalho absorvida pelas grandes empresas poderá relacionar-se com o maior peso relativo de trabalhadores semiquualificados na população activa no caso espanhol, já que os maiores investimentos em tecnologias avançadas envolvem sobretudo as grandes estruturas empresariais, ao contrário do que acontece em países como Portugal, onde o tecido produtivo comporta ainda sectores industriais muito fragmentados, apoia-

<sup>10</sup> O nosso estudo abrange a população activa portuguesa do continente, com mais de 18 anos, e inserida no mercado de trabalho à data de aplicação do questionário (Abril a Setembro de 1995).

<sup>11</sup> O facto do estudo espanhol ter utilizado critérios diferentes na construção da matriz das localizações impede-nos de estabelecer comparações entre algumas categorias, já que as mesmas se encontram aí agregadas (cf. González, 1992).

**MATRIZ 1**  
**Distribuição da força de trabalho pela matriz das localizações de classe**  
**(% sobre o total da amostra)**

*Recursos em meios de produção*

*Proprietários a)*

*Não proprietários (assalariados) b)*

<b>1. Capitalistas/ Burguesia</b>  Portugal 0,8% EUA 1,8% Suécia 0,7% Espanha -	<b>4. Gestores Qualificados</b>  Portugal 2,6% EUA 3,9% Suécia 4,4% Espanha 2,5%	<b>7. Gestores Semiqualeificados</b>  Portugal 1,2% EUA 6,2% Suécia 4,0% Espanha -	<b>10. Gestores Não Qualificados</b>  Portugal 2,6% EUA 2,3% Suécia 2,5% Esp. (7+10) 4,7%	+								
				<b>2. Pequenos Empresários</b>  Portugal 7,1% EUA 6,0% Suécia 4,8% Esp. (1+2) 3,2%	<b>5. Supervisores Qualificados</b>  Portugal 1,0% EUA 3,7% Suécia 3,8% Espanha 1,7%	<b>8. Supervisores Semiqualeificados</b>  Portugal 0,8% EUA 6,8% Suécia 3,2% Espanha -	<b>11. Supervisores Não Qualificados</b>  Portugal 5,3% EUA 6,9% Suécia 3,1% Esp. (8+11) 4,4%	+ 0 Recursos Organizacionais				
								<b>3. Pequena Burguesia</b>  Portugal 22,6% * EUA 6,9% Suécia 5,4% Espanha 23,8%	<b>6. Técnicos Não Gestores</b>  Portugal 3,6% EUA 3,4% Suécia 6,8% Espanha 4,0%	<b>9. Trabalhadores Semiqualeificados</b>  Portugal 5,8% EUA 12,2% Suécia 17,8% Espanha 18,5%	<b>12. Proletários</b>  Portugal 46,5% EUA 39,9% Suécia 43,5% Espanha 37,2%	-
												+ > 0 -
*12,4% PB Agríc 10,2% PB N Agr												

Portugal N = 1101; EUA N = 1487; Suécia N = 1179 (Wright, 1989: 195);  
 Espanha N = 3161 (González, 1992: 94).

a) – As três células da coluna dos proprietários dos meios de produção distinguem-se pelo critério do número de assalariados: a burguesia compreende os empregadores com mais de 9 trabalhadores; os pequenos empresários referem-se àqueles que possuem um número de trabalhadores assalariados entre 1 e 9; e a pequena burguesia aos que não possuem assalariados.

b) – As células respeitantes às localizações de classe dos assalariados obedecem a critérios como: participação directa ou indirecta na tomada de decisões, posições formais de supervisão, poder de aplicação de sanções sobre os subordinados (na dimensão dos recursos organizacionais ou de autoridade); categoria profissional, habilitações escolares e grau de autonomia no emprego (na dimensão dos recursos em credenciais ou qualificações). Do cruzamento de ambas as dimensões resulta a matriz das nove células respeitantes aos assalariados (cf. Wright, 1989: 304-319; Estanque e Mendes, 1998).

dos em mão-de-obra intensiva e com tecnologias menos evoluídas. A existência de uma força de trabalho mais qualificada, que se traduz também no menor peso dos proletários (37,2%, o valor mais baixo dos quatro países), evidencia a posição vantajosa daquele país em relação a Portugal no domínio da formação profissional e da inovação tecnológica.

No nosso país, e tendo presentes os critérios utilizados na construção desta tipologia, fica claro que a importância percentual dos «proletários» na estrutura de classes portuguesa não se deve apenas ao operariado industrial desqualificado, mas a um mercado de trabalho que vem estruturando diversos sectores de mão-de-obra precarizada, com baixos níveis de qualificação e sem autonomia nem autoridade na esfera produtiva. A ameaça de desemprego promove situações laborais de grande dependência e parece estar a fomentar novos nichos de proletarização (mesmo no sector terciário). Mais de 50% desta categoria trabalha em empresas com menos de cinquenta trabalhadores enquanto que as posições intermédias (ou de «classe média, como os trabalhadores semiqualeificados, os técnicos não gestores, os supervisores e os gestores) se empregam maioritariamente no sector estatal. Como seria de esperar, estas localizações de classe média possuem, no seu conjunto, um peso bastante menor em Portugal do que nos países tecnologicamente mais avançados. Mas há sinais de crescimento de algumas posições mais qualificadas (como a dos técnicos não gestores e a dos gestores qualificados), o que se prende com o crescimento acelerado do número de licenciados em Portugal e com alguma modernização em certos sectores produtivos. Essa tendência, aliada à vinculação cada vez mais estreita da economia aos processos de globalização, faz prever que a selecção do acesso ao emprego passe cada vez mais pela posse de recursos em qualificações e credenciais escolares. Todavia, no momento presente, as situações laborais dotadas de autoridade, mas combinadas com baixos recursos educacionais são as que mais se aproximam do valor percentual dos países centrais (gestores e supervisores não qualificados), enquanto os postos de poder que contêm, simultaneamente, níveis médios ou elevados de credenciais são menos significativos em Portugal do que nesses países.

Uma das situações em que os resultados portugueses denotam maior coerência é a que se refere à correlação entre a estrutura de classes e a distribuição dos rendimentos médios. Vejamos os valores obtidos para as diferentes localizações de classe.

MATRIZ 2  
**Rendimento anual médio segundo a localização de classe**  
**(em milhares de escudos)**

104

<i>Recursos em meios de produção</i>				
<i>Proprietários</i>	<i>Não proprietários (assalariados)</i>			
1. Burguesia 4.121	4. Gestores Qualificados 4.130	7. Gestores Semiquualificados 3.107	10. Gestores Não Qualificados 1.827	+
2. Pequenos Empresários 1.903	5. Supervisores Qualificados 3.710	8. Supervisores Semiquualificados 2.495	11. Supervisores Não Qualificados 1.806	> 0 Recursos Org
3. Pequena Burguesia 1.124	6. Técnicos Não Gestores 2.093	9. Trabalhadores Semiquualificados 2.418	12. Proletários 1.207	-
	+	> 0	-	
	Credenciais/Qualificações			

A partir da leitura destes resultados, dir-se-á que a estrutura de classes incide claramente sobre os níveis de rendimento e a sua distribuição desigualitária na sociedade. Contudo, o volume de propriedade parece ser mais importante do que o mero controle de meios de produção próprios, uma vez que as diferenças do rendimento médio, por exemplo entre a pequena burguesia e a burguesia, são tão grandes como as diferenças entre proletários e gestores qualificados. A escassez económica da pequena burguesia é até mais acentuada que a dos proletários, o que se prende também com a situação débil do pequeno campesinato e do pequeno comércio. Quanto aos assalariados, verifica-se que as posições definidas a partir do controle de um maior volume de recursos de exploração, como é o caso dos gestores qualificados (recursos de autoridade e de qualificações), são aquelas que auferem maiores rendimentos médios, enquanto que a categoria proletária (tal como a pequena burguesia) é a que obtém rendimentos anuais mais baixos. Muito embora não seja adequada uma leitura desta tipologia como se se tratasse de um contínuo de níveis quantitativamente definidos – como sugerem as teorias clássicas da estratificação –, confirma-se que a variação na distribuição dos níveis médios de rendimento

acompanha relativamente a linha transversal entre o topo esquerdo e a base direita da estrutura. Esta indicação é muito significativa na medida em que, tendo as localizações de classe sido desenhadas com base na distribuição de recursos não directamente económicos (a não ser o caso da propriedade), os resultados obtidos comprovam a ideia de que, de facto, a localização de classe em que os indivíduos se situam limita as suas práticas e condiciona fortemente as suas vidas.

A nossa estrutura de classes é bastante marcada pelo peso do sector estatal como entidade empregadora, principalmente no caso das localizações de classe média (à excepção dos proletários, a maior parte dos assalariados emprega-se no sector estatal). O crescimento do sector terciário e da administração estatal – o qual cresceu tardia e rapidamente e porque cresceu em sectores tradicionalmente feminizados, como o sistema de ensino e o sistema de saúde, os serviços de assistência e segurança social, etc. – parece estar a facilitar a entrada da mão-de-obra feminina qualificada para uma posição de maior relevo. De facto, os resultados revelam para Portugal índices de discriminação sexual mais baixos do que nos países centrais.

QUADRO 1  
Comparação entre países das localizações de classe segundo o sexo  
(% por categorias de classe)

TIPOLOGIA REDUZIDA	COMPARAÇÃO POR SEXO							
	PORTUGAL		PORTUGAL		EUA		SUÉCIA	
	N	%	H	M	H	M	H	M
1. Empregadores (1.+ 2.)	87	7,9	10,0	5,3	10,1	5,2	8,2	2,1
2. Peq. Burguesia (3.)	249	22,6	20,4	25,4	6,4	7,5	7,3	3,0
3. Gestores (4.+7.+10.)	71	6,4	6,7	6,1	15,5	8,6	15,2	5,5
4. Supervisores (5.+8.+11.)	78	7,1	7,7	6,3	18,8	14,2	11,5	7,4
5. Técnicos N Gest (6.)	40	3,6	3,9	3,3	3,0	3,9	6,8	6,8
6. Trab Semiqualfif (9.)	64	5,8	3,6	8,6	16,6	7,1	20,2	14,8
7. Proletários (12.)	512	46,5	47,7	45,0	29,0	52,8	30,9	59,6
TOTAIS	1101	100,0	55,6	44,4	54,3	45,7	56,0	44,0

(\*) Os números entre parêntesis correspondem às células agregadas da MATRIZ 1.  
Fonte: Portugal, Inquérito às Classes Sociais; outros países, Wright, 1989.

Na composição sexual da estrutura das classes, principalmente no leque de posições incluídas na classe média, nota-se que as mulheres têm, em certas categorias, uma presença que, em termos relativos, é semelhante à dos homens, em especial naquelas em que o factor qualificações (ou credenciais) assume maior importância. Tal situação constitui um dado muito significativo se considerarmos que nos países mais avançados (EUA e a Suécia), as diferenças na distribuição sexual revelam uma maior discriminação feminina. Em particular nas categorias intermédias (como os gestores, técnicos, supervisores e trabalhadores semiquificados), o caso português mostra que a percentagem das mulheres se aproxima da dos homens em termos relativos tendo, nalguns casos, conquistado já um maior peso morfológico, como acontece, por exemplo, em relação aos trabalhadores semiquificados. Paralelamente, na localização dos «proletários» (onde a escassez de recursos é mais nítida), o peso das mulheres é inferior ao dos homens (45 para 47,7%), ao passo que nos restantes países a mesma localização de classe está muito mais feminizada.

#### **4. Classe subjectiva e consciência de classe**

O cenário do Estado-Providência oferecido ao proletariado europeu do pós-guerra, ao lado de outros poderosos mecanismos das sociedades de consumo, desencadeou um progressivo enfraquecimento da utopia socialista e, deste modo, a *classe-para-si* parece cada vez mais esvaziada de conteúdo. Mesmo após o declínio daquele modelo de regulação as novas clivagens, movimentos sociais e formas de intervenção colectiva, no terreno da acção política e da luta ideológica, parecem sobrepor-se ao efeito directo da classe. Em Portugal, o Estado-Providência não chegou a realizar-se plenamente (Santos, 1990 e 1994). No entanto, a emergência recente de algumas das suas formas assistenciais, coincidente com o crescimento do desemprego estrutural e de novas formas de precarização e submissão da força de trabalho aos desígnios do capital, são factores que parecem influenciar o crescente afastamento dos trabalhadores da participação sindical e política, como mostraremos mais à frente. A fragmentação do operariado português e a sua perda de capacidade reivindicativa acompanham as tendências gerais do capitalismo global deste final de século. O capital reforça os mecanismos disciplinares no espaço produtivo e a lógica do consentimento sobre põe-se à lógica do conflito de classes (Burawoy, 1979, 1985).

Em particular nas regiões de produção industrial difusa (principalmente no Litoral Centro e Norte), onde pontificam as pequenas empresas (os sectores exportadores do têxtil e do calçado, por exemplo), a estrutura industrial articula-se com formas de pluriactividade e relações de trabalho precárias (cf. Lima, 1986 e Reis, 1992), tornando-se particularmente permeável a subjectividades de raiz comunitária que favorecem as lealdades transclassistas e as relações de consentimento dentro das empresas. Estes factores contextuais incidem sobre as atitudes dos portugueses, quer no que se refere à auto-identificação com uma dada «classe», quer nos itens da consciência de classe a que adiante faremos referência.

Analisando os resultados acerca da identificação subjectiva com a «classe trabalhadora» – neste caso foi pedido aos inquiridos para se posicionarem na tipologia simples: classe alta, classe média, classe média-alta e classe trabalhadora – verifica-se, por um lado, que as várias categorias de assalariados que controlam alguns recursos em qualificações ou em autoridade tendem a identificar-se maioritariamente com a «classe média» e, por outro lado, que os proletários e a pequena burguesia desenvolvem representações subjectivas bastante semelhantes quanto ao seu sentido de pertença à «classe trabalhadora».

O facto de uma percentagem significativa dos empregadores (42%) também se identificar com a classe trabalhadora deverá ligar-se não só ao peso dos pequenos empregadores e da agricultura familiar, mas ainda ao forte efeito simbólico do valor do «trabalho», bastante enraizado na nossa sociedade, quer por ser a principal fonte de acumulação, quer por representar simbolicamente uma importante esfera de afirmação da «honra» e uma fonte de prestígio social. Muitos dos pequenos empresários acumularam alguma riqueza à custa do seu próprio trabalho e têm orgulho nisso. Como atrás foi referido, nas categorias intermédias é mais visível a adesão a valores e hábitos de consumo urbanos, o que se traduz numa mais clara identificação com a classe média<sup>12</sup>. Muito embora

---

<sup>12</sup> Eis os resultados da identificação subjectiva com a «classe média» (agregando a «classe média-alta»): empregadores 54,6%; pequena burguesia 34,4%; gestores 64,3%; supervisores 57,3%; técnicos não gestores 68,4%; trabalhadores semiquilificados 75,4%; proletários 33,4%. Em termos globais, temos um resultado de 42,8% de identificação subjectiva com as classes médias, resultado bastante distante dos 71% apontados por Villaverde Cabral (1997: 52). Apesar do inegável poder atractivo da classe média espelhado na identificação subjectiva dos portugueses com essa categoria (assinalado nesse estudo e que os nossos resultados em parte corroboram), estamos em crer que

**QUADRO 2**  
**Identificação com a classe trabalhadora e escala de atitudes**  
**da consciência de classe (% por categorias de classe)**

<i>Categorias de classe</i>	<i>% de concordância com as afirmações correspondentes aos seguintes itens da escala de consciência de classe *</i>					
	<i>ID cl trab **</i>	<i>(1)</i>	<i>(2)</i>	<i>(3)</i>	<i>(4)</i>	<i>(5)</i>
Proletários	61,9	89,4	45,0	51,2	81,4	71,4
Trabalhadores Semiquilificados	24,6	91,4	42,9	43,9	86,0	80,0
Técnicos Não Gestores	31,6	85,3	38,2	31,5	86,1	75,0
Supervisores	38,7	81,4	38,8	30,6	75,0	65,2
Gestores	27,1	73,8	35,4	32,8	68,3	66,1
Pequena Burguesia	61,7	87,3	43,5	29,8	65,6	66,7
Empregadores	41,9	74,0	27,3	21,5	60,0	47,1
TOTAL	53,0	85,9	41,4	40,7	76,1	68,4

\* Os itens são os seguintes:

(1) As grandes empresas beneficiam os seus proprietários em prejuízo dos trabalhadores e consumidores;

(2) É possível uma sociedade moderna funcionar bem sem que haja a procura do lucro;

(3) Se lhes fosse dada uma oportunidade, os trabalhadores poderiam gerir as empresas sem precisarem dos patrões;

(4) Durante uma greve os directores/gestores deveriam ser proibidos por lei de contratarem outros trabalhadores para substituírem os grevistas;

(5) Se isso fosse possível, os empregados deveriam participar na escolha dos gestores e directores das empresas em que trabalham;

\*\* Na primeira coluna os valores correspondem às percentagens para cada localização de classe dos que afirmam pertencer à «classe trabalhadora».

«a concepção da sociedade portuguesa como uma "sociedade de classes médias"» (Cabral, 1997:53) é, em boa medida, e como o próprio autor admite, induzida pela própria formulação da pergunta, já que, em face de um leque de alternativas de identificação diferentes – em particular a categoria «classe trabalhadora» que utilizámos no nosso questionário, em vez de «classe baixa» ou «classe pobre» utilizadas na citada pesquisa –, os resultados obtidos são necessariamente diferentes. Se é verdade que, no nosso critério, a noção de classe trabalhadora (a que recorreremos sobretudo por razões de uniformização com o projecto internacional) peca por ser de carácter qualitativo e estar colocada ao lado de outras de sentido gradualista (média, média-alta, e alta), não deixa, contudo, de ser evidente a conotação negativa das noções de classe «baixa» ou «pobre», o que tende a potenciar o sentimento de «vergonha social» dos inquiridos, levando-os a optar por respostas de valência positiva ou neutra.



se verifique uma relativa deslocação entre as categorias de classe («objectivas») e o posicionamento subjectivo (43% dos empregadores e 31,4% dos proletários posicionam-se a si mesmos na «classe média») são sobretudo as categorias de assalariados com maiores recursos escolares ou qualificações (os trabalhadores semiqualeificados e os técnicos não gestores) que mais abertamente se auto-incluem na «classe média» (75,4% e 68,4%). Quer isto dizer que as qualificações são, a este respeito, mais decisivas do que a propriedade dos meios de produção e até do que a autoridade. No entanto, se a propriedade não é muito significativa na separação das identidades entre os trabalhadores por conta própria e os proletários, o mesmo não se passa com a categoria dos empregadores. Dito de outro modo, o que conta é, não só o facto de se ser ou não patrão, mas também a dimensão da propriedade<sup>13</sup>. Por seu turno, a pequena burguesia portuguesa é em muitos aspectos do seu modo de vida – quer em termos económicos, quer sócio-culturais – indistinta da classe trabalhadora, o que, como se vê, se repercute nas suas representações subjectivas quanto à pertença de classe (com ambas as categorias a afirmarem pertencer à «classe trabalhadora» em cerca de 62% dos casos).

Tanto os resultados da classe subjectiva como os da consciência de classe põem em evidência algumas das contradições que atravessam a sociedade portuguesa, tais como as que resultam do relativo peso da agricultura familiar por vezes conjugada com a dinâmica de crescimento industrial, bem como a presença de redes familiares marcadas ainda pelo universo rural situadas ao lado e em combinação com atmosferas e ambientes iminentemente urbanos. Por outro lado, o forte peso económico, político e simbólico do Estado na sociedade portuguesa ao longo deste século, em particular durante as quatro décadas da ditadura de Salazar, com toda a sua estrutura corporativa e a ideologia paternalista e conservadora, continua a fazer-se sentir nas atitudes dos portugueses de forma contraditória. Enquanto as camadas mais idosas e menos escolarizadas tendem a colocar-se numa posição de dependência face aos poderes instituídos (ainda

---

<sup>13</sup> Se bem que essa diferença não seja visível no Quadro 2 (já que este se refere à tipologia simplificada onde a localização dos capitalistas aparece agregada com a dos pequenos empresários), os resultados desagregados pela matriz das doze localizações mostraram que a diferença entre os «capitalistas» e os «pequenos empresários» (células 1 e 2 da matriz geral, respectivamente) é tão grande como entre os primeiros e os «proletários».

que na base de uma percepção vaga e difusa), sectores emergentes das camadas mais jovens e de maiores recursos escolares tendem a desenvolver percepções do poder que rejeitam a sua ancestral sacralização, seja sob orientações mais liberais e individualistas, seja num sentido mais crítico e solidarista. Para além disso, é muito provável que estes resultados se liguem ainda às contradições de ordem geracional resultantes das intensas experiências de participação política no pós-25 de Abril (1974-1975) em que as manifestações públicas, os saneamentos, as experiências de autogestão, o associativismo e a mobilização populares, etc., marcaram o imaginário de todas as classes sociais dessa geração.

No caso da consciência de classe, além das percentagens apresentadas no quadro anterior, referentes a alguns dos itens utilizados na sua medição, organizámos um modelo mais complexo a partir de um conjunto de equações de regressão múltipla e seguindo o mesmo procedimento do projecto internacional. Os resultados atrás avançados – que se reportam ao grau de concordância com afirmações de sentido anti-capitalista – já evidenciam alguma ambiguidade entre as localizações estruturais e as respectivas opiniões. Mas, na matriz seguinte, é ainda mais clara essa não correspondência entre lugares de classe e consciência de classe. Na verdade, mais do que em qualquer dos restantes países, os resultados portugueses na escala da consciência de classe revelam evidentes discrepâncias<sup>14</sup>.

Segundo este modelo, conforme as valências sejam positivas ou negativas, assim estaremos perante uma ideologia anti-capitalista ou pró-capitalista<sup>15</sup>. Assim, o grau mais ele-

---

<sup>14</sup> De facto, em Portugal as equações de regressão efectuadas para medir o poder explicativo da estrutura de classes (tipologia das localizações de classe) sobre a consciência de classe revelam resultados bastante frágeis. As variáveis mudas da localização de classe (onze, no total) apenas explicam 3% da variância, contra 5% no Japão, 6% nos EUA e 13% na Suécia. Refira-se, porém, que estas operações estatísticas, organizadas a partir de um razoável número de variáveis independentes, raramente explicam a variância com valores muito elevados (cf. Wright, 1989a: 255-280).

<sup>15</sup> Tratando-se de cinco itens e atribuindo-se o valor +1 ou -1 a cada um, tendo em conta o sentido de cada resposta (consoante se concordasse ou se discordasse) e o valor 0 às opiniões neutras, no final, os valores somados poderiam idealmente oscilar entre -5 e +5. Note-se que a chamada «consciência anti-capitalista» se refere sobretudo a uma orientação subjectiva que revela (à luz dos diferentes itens considerados, ver Quadro 2), um maior sentido crítico ou contestatário face ao sistema vigente. Assim, os valores encontrados serão tanto mais elevados quanto mais concordem com as formulações colocadas, ou seja: concordar que os grandes proprietários beneficiam à custa dos trabalhadores e dos consumidores (item 1); admitir a possibilidade de um modelo alternativo (uma sociedade não apoiada na lógica do lucro – item 2);

MATRIZ 3

Matrizes comparativas da consciência de classe para o conjunto das localizações, em quatro países

PORTUGAL					EUA								
	Prop	Assalar				Prop	Assalar						
		Qual	SQual	NQual			Qual	SQual	NQual				
Capitalista	-0,22	1,90	1,30	0,72	Gestor	-2,17	-2,62	-0,68	-1,09				
Peq Empres	-1,17	0,00	2,56	1,93	Superv	0,35	-0,73	1,30	2,28				
Peq Burg	0,94	1,65	1,23	1,45	Não Gest	1,08	0,16	2,67	2,66				
		Qual	SQual	NQual			Qual	SQual	NQual				
SUÉCIA					JAPÃO								
	Prop	Assalar				Prop	Assalar						
		Qual	SQual	NQual			Qual	SQual	NQual				
Capitalista	-3,41	-2,36	0,60	1,05	Gestor	0,17	0,32	2,10	1,83				
Peq Empres	-0,70	0,56	2,07	3,50	Superv	0,76	0,68	2,68	1,57				
Peq Burg	0,87	1,98	4,60	4,61	Não Gest	1,08	1,09	2,61	3,07				
		Qual	SQual	NQual			Qual	SQual	NQual				
		Coligação classe operária					Coligação classe média					Coligação burguesa	

Fonte: Portugal, Inquérito às classes Sociais; outros países, Wright, 1997: 421.

vado de consciência crítica em relação à lógica económica dominante diz respeito aos supervisores semiquualificados. É esta categoria que efectivamente se coloca no valor positivo extremo (+2,56), por oposição à localização dos capitalistas, situada no valor mais baixo (-0,22), o único índice negativo que obtivemos. Também os supervisores não qualificados (+1,93), os gestores qualificados (+1,90) e os técnicos não gestores (+1,65) surgem como localizações anti-capitalistas em termos das suas atitudes ideológicas. Estes resultados sublinham inequivocamente a interferência de subjectividades nada coerentes com a localização «objectiva». Uma possível explicação remete-nos para factores como a proximi-

apoiar a possibilidade de as empresas serem autogeridas pelos trabalhadores (item 3); apoiar o direito à greve sem limitações (item 4); apoiar a ideia de uma democracia participativa nas empresas (item 5).

dade com o mundo operário, no caso dos supervisores não qualificados (muitos deles podem ser simples chefes de equipa), e o efeito das credenciais escolares combinadas com as trajectórias e experiências geracionais. No caso dos gestores qualificados, tal tendência poderá ligar-se à vivência das convulsões políticas da década de setenta e no caso dos técnicos não gestores, dever-se-á sobretudo à sua entrada mais recente no mercado de trabalho e ao facto de não ocuparem qualquer posição de poder. A categoria dos proletários, por seu lado, situa-se numa posição mais moderada (+1,45), mostrando-se menos claramente anti-capitalista do que qualquer daquelas localizações. Este resultado deverá, uma vez mais, prender-se com as situações contraditórias atrás mencionadas, ou seja, a posição ambivalente em que a precaridade e a exploração se articulam com as relações de lealdade e de dependência, as quais, como se sabe, marcam o enquadramento de vastos sectores da força de trabalho nas empresas e instituições em que se inserem. Veremos adiante que este dado é coerente com os obtidos acerca das experiências associativas e de participação em protestos públicos, onde algumas das categorias de classe média se mostram bastante mais activas do que outras de menores recursos (como os proletários). Dos resultados globais da consciência de classe pode ainda retirar-se, além da fraca amplitude na variação ao longo da escala, a relativa deslocação para o lado positivo dos valores, com apenas uma localização (a da burguesia) de índice negativo<sup>16</sup>, o dado mais coerente com os pressupostos do modelo. Mesmo os pequenos empresários portugueses manifestam um resultado algo ambíguo, ao revelarem orientações ideológicas menos pró-capitalistas do que em qualquer dos outros países, o que, também neste caso, é sintomático da presença de subjectividades que se afastam de uma lógica abertamente capitalista.

---

<sup>16</sup> Convém, no entanto, recordar que o número de grandes empresários capitalistas é muito pequeno em qualquer dos países, o que significa que quando se fala de «capitalistas» estamos, na maior parte dos casos, a referir-nos a pequenos e médios empregadores. O critério de delimitação entre capitalistas e pequenos empresários foi, recorde-se, estabelecido a partir do número de 9 assalariados (ver Matriz 1), pelo que, tanto a categoria «pequenos empresários» como a categoria «capitalistas» correspondem sobretudo a unidades produtivas relativamente pequenas. Isto explica o número elevado de respostas que apontam no sentido de uma demarcação face à lógica das empresas monopolistas. É sabido, por outro lado, que os pequenos proprietários se sentem muitas vezes lesados pelo apoio estatal que é prestado às grandes empresas e por isso tendem a demarcar-se delas.

Considerando os gestores não qualificados e a pequena burguesia constata-se que ambas as categorias evidenciam valores mais baixos (+0,72 e +0,94, respectivamente) do que as restantes posições assalariadas, o que parece resultar sobretudo do facto de possuírem em comum baixos recursos em credenciais escolares. Os supervisores semiquualificados, pelo contrário, são a categoria em que a consciência anti-capitalista é mais marcante (+2,56). É difícil encontrar uma causa que explique este resultado em concreto, mas pensamos que tal se prende com o facto de esta categoria ocupar a posição mais ambígua das posições na matriz das localizações de classe. O efeito dos níveis intermédios de qualificações e autoridade na formação das atitudes dos supervisores semiquualificados parece traduzir-se no seu descontentamento com um sistema que os situa numa posição mal definida: sendo detentores de alguma influência e responsabilidade nas relações laborais, auferem benefícios materiais relativamente modestos e uma posição de *status* moderada. Com poucas expectativas de mobilidade ascendente ou de mudança na estrutura social, os supervisores semiquualificados encontram-se numa situação tendente a favorecer a emergência de sentimentos de impotência ou de revolta. Se tivermos em conta que esta categoria tem idades situadas predominantemente entre os 46 e os 55 anos, faz sentido concluir que, tal como no caso dos gestores qualificados, factores ligados às suas experiências de sociabilidade e aos seus percursos pessoais e políticos no pós-25 de Abril – para além da referida posição mais modesta que ocupam em termos de poder e de recursos escolares –, estejam na origem destes resultados.

A introdução de outras variáveis, como a distinção entre sectores estatal e privado, não altera significativamente algumas das discrepâncias detectadas nos itens relativos à consciência de classe. Uma nota curiosa é, por exemplo, a de que os assalariados que trabalham para o Estado<sup>17</sup> revelam uma atitude (orientação ideológica) mais pró-capitalista do que os que trabalham no sector privado. Nomeadamente, na pergunta sobre se «as entidades empregadoras devem ser proi-

## **5. A presença do Estado e as atitudes face à sua intervenção na economia**

---

<sup>17</sup> Incluem-se aqui os vários sectores da administração central, regional e local (saúde, ensino, autarquias, justiça, segurança social, etc.), bem como o sector empresarial do Estado.

bidas por lei de contratarem trabalhadores para substituírem os grevistas», os resultados revelam que os gestores e supervisores do sector estatal se mostram concordantes em 64% e 67% respectivamente, enquanto as mesmas categorias do sector privado são bem mais contudentes em relação a tal afirmação: os gestores concordam em 100% e os supervisores em 80%. Mesmo numa questão mais abstracta como a possibilidade de «uma sociedade funcionar bem sem que haja a procura do lucro», notam-se diferenças que vão no mesmo sentido, embora as respostas obtidas sejam sempre maioritariamente discordantes. Os gestores que se empregam no sector estatal discordam em 71%, enquanto no sector privado apenas 57% da mesma categoria de classe toma essa atitude. Com os supervisores passa-se o mesmo e de forma ainda mais nítida, ou seja, 83% de discordância dos que trabalham no sector público, contra apenas 20% dos que trabalham em empresas privadas. Uma explicação possível para estes resultados poderá ser encontrada na presença de laços de lealdade transclassistas na maioria das empresas privadas – principalmente atendendo à pequena dimensão das empresas portuguesas e tendo em conta que, de acordo com os dados do nosso inquérito, cerca de 62% da população activa se insere em empresas com menos de 50 trabalhadores – quer devido à existência de experiências partilhadas no espaço da comunidade local, quer pela relativa proximidade entre «gestores» e operários na experiência directa de ambos face às pressões do patronato para disciplinar a produção e aumentar o lucro (convém não esquecer que esta categoria não é coincidente com a dos directores ou «gestores de empresa»). O facto de a lei portuguesa proibir expressamente a substituição de trabalhadores em greve aparece como uma conquista mas, enquanto no sector privado existem mecanismos mais eficazes de controle disciplinar e a precaridade no emprego é maior, no sector público o aparelho burocrático oferece mais estabilidade e garantias de segurança, enquanto a eficácia e a produtividade são menores e a distância entre as hierarquias é bastante mais marcante.

Olhando agora para as atitudes dos portugueses face à estatização de diversos serviços e sectores económicos poderemos compreender melhor as discrepâncias atrás assinaladas. Para isso, situemos a questão no contexto mais geral da nossa sociedade.

QUADRO 3  
Opiniões concordantes com a estatização de diversos serviços ou  
empresas (% por categorias de classe)

Serviços	Categorias de classe							TOTALS
	Empre- gadores	Pequena Burguesia	Gestores	Supervi- sores	Técnicos NGestores	Trab Semiqual.	Proletários	
Correios	64,8	72,2	62,7	60,0	34,2	61,0	65,4	64,3
Comboios	55,9	71,6	40,3	49,3	40,5	47,4	65,0	60,2
Siderurgia	25,0	45,6	23,7	34,9	22,2	23,5	40,5	36,5
Electricidade	50,0	<b>63,2</b>	50,0	44,8	29,7	38,2	<b>58,3</b>	54,3
Bancos	24,7	39,4	13,4	25,4	0,0	6,9	32,1	27,9
Hospitais	64,5	<b>71,6</b>	49,3	62,9	52,5	59,7	<b>71,7</b>	67,1
Escolas Secundárias	80,0	<b>84,0</b>	61,8	75,0	72,2	74,1	<b>82,6</b>	79,5
Creches/ Infantários	60,6	68,3	43,3	47,8	45,7	63,0	62,5	60,1
Explorações Agrícolas	4,5	13,0	9,8	6,1	2,9	3,8	12,9	10,5
Bombeiros	70,8	<b>82,7</b>	67,7	74,6	71,4	70,4	<b>80,4</b>	77,7
Ensino Superior	67,1	72,5	50,0	61,4	51,3	65,5	75,8	69,7
Centros de Saúde	65,7	<b>77,3</b>	60,3	59,7	60,0	64,3	<b>78,1</b>	72,7
Clínicas	38,5	58,6	36,1	33,8	26,5	25,5	55,1	48,5
Lares 3ª Idade	56,9	<b>69,2</b>	44,3	52,2	40,0	51,8	<b>67,6</b>	62,1
Transportes Urbanos	49,3	58,0	42,4	50,0	40,5	46,6	64,0	56,9
Transportes Aéreos	40,3	68,0	34,9	30,8	20,6	38,5	56,7	51,3
Recolha do Lixo	80,6	<b>87,2</b>	59,4	67,6	71,4	70,7	<b>80,9</b>	78,4

Fonte: Inquérito às Classes Sociais em Portugal.

Nota: A questão era formulada perguntando-se aos inquiridos se, para cada uma daquelas actividades, eles eram de opinião que deviam ser geridas pelo Estado, por entidades privadas ou um sistema misto que admitisse ambas as situações. Os valores percentuais dizem respeito apenas às respostas favoráveis a uma gestão estatal.

De facto, o que sobressai dos resultados no seu conjunto são as elevadas percentagens de respostas «pró-estatização» dos vários sectores e serviços incluídos na lista apresentada. Porém, ao contrário de outros países (EUA), ser «pró-estatista» em Portugal não significa ser «pró-socialista». Significa provavelmente uma maior *distância ao poder*, maior insegurança e maior dependência<sup>18</sup>. Há, no entanto, diferenças nítidas entre as categorias de classe, as quais parecem ser definidas principalmente pelo critério das qualificações. No caso daqueles que aproveitaram os recursos disponibilizados pelo Estado – os mais escolarizados e, por isso também, os melhor informados – essa atitude é menos visível. São as localizações com menos recursos e mais distantes da

lógica institucional que depositam maior confiança nas capacidades do Estado. A poliformia da actividade estatal, combinada com a paralisia de algumas das suas instâncias – ou, na expressão de Santos (1993), a lógica do *Estado dual*, que actua por acção e por omissão – parecem reflectir-se numa hipertrofia dos apelos à protecção estatal por parte dos que se mostram mais alheados da actividade política e institucional, como é o caso da pequena burguesia e dos proletários<sup>19</sup>. Quer isto dizer que a restrição formal da acção estatal não implica necessariamente a sua perda de centralidade no jogo político, económico e social. Poder-se-ia colocar a hipótese de que os gestores e técnicos qualificados (dos quais uma parte significativa se emprega no sector estatal) desenvolvem as suas atitudes na base de subjectividades que alternativamente poderão funcionar nos seguintes termos: ou a percepção de que a redução do âmbito administrativo do Estado poderá torná-lo mais selectivo e mais flexível e, portanto, assegurar dessa forma alguns dos privilégios institucionais já alcançados; ou, em alternativa, apoiar a ideia do reforço autónomo do sector capitalista, esperando com isso obter maiores oportunidades de afirmar as suas competências na actividade privada, onde as recompensas e as vantagens comparativas poderão ser maiores. Esta interpretação faz ainda mais sentido quando se observa o elevado envolvimento associativo e, em especial, a actividade partidária da categoria dos gestores.

## 6. Atitudes políticas, experiências associativas e participação em protestos

No campo das atitudes políticas deve reter-se a tendência «centrista-moderada» manifestada pelas categorias de classe no seu conjunto. Efectivamente, os resultados subscrevem a tendência que se vem verificando na sociedade portuguesa, com importantes sectores do eleitorado reorientando as suas posições de «esquerda» para posições de «esquerda democrática»<sup>20</sup>. Apesar de persistir alguma distinção entre «centro-

<sup>18</sup> A propósito da «distância ao poder», um conceito formulado por Geert Hofstede, ver Cabral (1997) e Estanque (1993).

<sup>19</sup> É importante ter presente o forte peso do sector tradicional da pequena burguesia e os seus estreitos laços de proximidade com o «semi-proletariado» em algumas regiões.

<sup>20</sup> O que se reflecte também na subtil viragem ocorrida nos discursos, nos programas e, sobretudo, na prática política dos partidos da esquerda democrática, nomeadamente os partidos socialistas que neste momento governam em diversos países da Europa. Recorde-se que o inquérito foi aplicado no Verão de 1995, num período que antecedeu o acto eleitoral que deu a vitória ao PS.



QUADRO 4  
Posicionamento político no leque 'esquerda'/'centro'/'direita'  
(% por categorias de classe)

<i>Posicionamento político</i>				
<i>Categorias de classe</i>	Esquerda	Centro	Direita	TOTAIS
Empregadores	24,7	40,7	34,6	8,2
Pequena Burguesia	26,2	27,6	46,2	21,2
Gestores	32,9	27,1	40,0	7,1
Supervisores	39,4	35,2	25,4	7,2
Técnicos Não Gestores	52,8	27,8	19,4	3,6
Trab. Semiqualeificados	41,9	37,1	21,0	6,3
Proletários	43,4	33,6	23,0	46,4
TOTAIS	37,4	32,6	30,0	100,0

Fonte: Inquérito às Classes Sociais em Portugal.

-esquerda» e «centro-direita», estes resultados levam-nos a pensar que o binómio esquerda-direita se vem tornando cada vez mais questionável enquanto modelo de referência dos posicionamentos político-ideológicos. Provavelmente, o crescente divórcio entre a acção dos partidos e a população ajuda a explicar essa situação.

No que toca às orientações de «direita», é a pequena burguesia – detentora de propriedade, mas com fraco capital económico e baixíssimas credenciais – que mais claramente adopta posições nesse sentido, seguida dos gestores e dos empregadores. Os pequenos patrões autoposicionam-se mais ao «centro», parecendo querer mostrar a sua neutralidade e distanciamento em relação ao debate político. O «conservadorismo» da pequena burguesia deverá ligar-se contudo a aspectos como a presença do catolicismo e as raízes tradicionais das comunidades, associados a uma maior vulnerabilidade face a ideologias locais contrárias às ideias de «socialismo» ou de «comunismo», com as quais a esquerda é conotada.

Como seria de esperar, a orientação de esquerda é visível no extremo oposto da matriz. Os proletários e sobretudo os técnicos não gestores são as categorias mais radicais a esse respeito. Mas se, quanto à orientação política, os prole-

tários se afirmam de esquerda, quando observamos as práticas associativas ou a participação em acções de protesto, torna-se mais clara a verdade sociológica de que os mais explorados nem sempre são os mais activos ou contestatários. A luta de classes depende da existência de organizações colectivas capazes de assumir a defesa dos interesses de uma dada classe ou das classes em aliança. Inversamente, a participação em experiências de mobilização colectiva interfere também na estrutura de classes e ao mesmo tempo na modelação das representações subjectivas dos actores.

QUADRO 5  
Experiências de Associativismo (% por categorias de classe)\*

<i>Categorias de classe</i>	<i>Tipos de associação</i>				
	Recreativa	Religiosa	Profissional	Part. Político	Sindicato
Empregadores	25,0	8,1	16,7	11,3	5,3
Pequena Burguesia	16,5	19,4	14,8	6,8	7,5
Gestores	36,7	25,9	40,0	22,2	44,6
Supervisores	32,8	16,1	16,4	13,8	42,2
Técnicos N Gestores	36,1	20,0	20,6	5,9	45,9
Trab. Semiqualeificados	28,1	14,5	14,5	12,3	48,3
Proletários	23,3	18,9	6,5	7,6	22,8
TOTAIS	24,7	18,2	13,4	9,5	25,1

N = 843

\* Os valores das células correspondem às percentagens de respostas – para cada categoria de classe – dos que afirmaram pertencer a cada associação, embora as opções não fossem exclusivas já que o mesmo indivíduo pode pertencer a diferentes associações. Os totais da linha de baixo correspondem aos valores percentuais totais de filiação em cada tipo de associação sobre o total de respostas obtidas. Em termos gerais o índice de associativismo é de 46%, isto é, do total da nossa amostra, é essa a percentagem de indivíduos que afirmaram estar filiados em pelo menos uma associação (não só das modalidades aqui consideradas mas ainda no item «outras»).

A este propósito é interessante atentar no caso específico da nossa categoria de «gestores». Os privilégios que detêm, ao lado das elevadas credenciais académicas e das posições

de autoridade que ocupam, são aspectos que parecem contribuir para o seu tendencial posicionamento no «centro-direita» do leque político (como se viu no Quadro 4), ao mesmo tempo que, em comparação com outras localizações de classe, se mostram mais envolvidos nas actividades partidária, sindical e, genericamente, nas diversas associações<sup>21</sup>. Estes sectores vulgarmente considerados de «classe média-alta» parecem afirmar um tipo de activismo que, por um lado, poderá remeter para experiências de participação política adquiridas no período revolucionário mas, por outro lado, dão indícios de que essa participação parece hoje obedecer mais a uma lógica instrumental (o que quer dizer, uma estratégia de ascensão profissional) do que a sentimentos de rebeldia<sup>22</sup>.

QUADRO 6  
Participação em acções de protesto nos últimos 2 anos  
(% por categorias de classe)

<i>Categorias de classe</i>	<i>Tipos de associação</i>				
	Manif. sindical	Manif. política	Desfile de protesto	Comício	Greve *
Empregadores	9,3	17,6	14,1	33,7	11,0
Pequena Burguesia	5,5	10,6	7,2	19,9	7,6
Gestores	28,6	40,0	34,8	54,3	45,7
Supervisores	15,4	18,4	22,4	26,9	30,8
Técnicos N Gestores	20,5	40,0	43,6	47,5	45,0
Trab. Semicualificados	28,6	42,9	35,5	53,1	57,8
Proletários	18,6	14,2	20,6	23,8	26,8
TOTAIS	16,1	18,3	19,9	28,6	25,6

N = 1070

\* A pergunta sobre a greve não continha qualquer limite temporal, simplesmente se perguntava se «já alguma vez participou numa greve».

<sup>21</sup> Como se pode ver no Quadro 5, as percentagens são relativas, segundo a categoria de classe, indicando-se na linha de baixo as percentagens de filiação em cada tipo de associação.

<sup>22</sup> Esta é uma leitura possível, cuja pertinência se prende sobretudo com a natureza do estatuto sócio-económico dos «gestores». Poder-se-ia ainda espe-

Como indica o Quadro 6, são as categorias de classe média no seu conjunto que se mostram mais participativas em acções públicas de protesto. Para além dos gestores, são sobretudo os trabalhadores semiquualificados e os técnicos não gestores que, à luz destes resultados, se afirmam como os sectores mais actuaes na recomposição das práticas de classe em Portugal.

Se os trabalhadores semiquualificados (mais vinculados ao operariado) dão sinais de transportar ainda um sentido da luta de classes próximo das formas tradicionais de mobilização operária (com maior percentagem de filiação sindical, de participação em greves, comícios e manifestações políticas), os técnicos não gestores, por seu lado, mostram-se mais alheios à filiação partidária (como se lê no Quadro 5, detêm o valor mais baixo, com 5,9%). Isto apesar de, ainda assim, revelarem uma significativa taxa de associativismo (sobretudo sindical e recreativo) e percentagens assinaláveis na participação em comícios, greves e manifestações políticas. Mas é sobretudo na participação em desfiles de protesto que os técnicos não gestores mais se destacam das restantes categorias de classe.

Ainda no que diz respeito à filiação associativa, embora os valores obtidos sejam relativamente modestos para cada tipo de associação considerado, vale a pena acrescentar que a taxa global de associativismo se aproxima dos padrões vigentes nos países europeus<sup>23</sup>. Interessa-nos, porém, dar aqui atenção, sobretudo, às diferenças relativas entre as loca-

---

cular sobre a orientação política desta categoria — maioritariamente assumida como de «direita» ou «centro-direita» —, dizendo que ela deverá traduzir-se numa simpatia maioritária pelo PSD, o qual na última década foi o partido do governo e, portanto, a força com maior influência no aparelho de Estado. Conforme mostraram os nossos dados, 54,4% dos gestores trabalham no sector estatal (Estanque e Mendes, 1998) e por isso, atendendo à conhecida influência das estruturas partidárias no aparelho de Estado, faz sentido pensar que a promoção na carreira não será alheia à participação associativa dos gestores, tanto mais que se trata da categoria com maior índice de participação em partidos políticos.

<sup>23</sup> O valor global de filiação que encontrámos (a percentagem dos nossos inquiridos que afirmou pertencer pelo menos a uma associação) é de 46%, um valor superior ao detectado em estudos anteriores. De acordo com um inquérito de 1990, coordenado pelo IED (Santos e Dias, 1993: 62-63), a percentagem de filiação em organizações voluntárias cifrava-se em 36% (da população portuguesa com mais de 18 anos), sendo que apenas 20% se mantinham activos nas respectivas associações. Em comparação com a média europeia, a percentagem dos portugueses que não pertenciam a nenhuma associação era, de acordo com o citado estudo, bastante superior (com 64% contra 52% na Europa), enquanto que os nossos dados situam os não filiados dez pontos abaixo (54%). Há, no entanto, que ter em atenção o facto de a nossa amostra se referir apenas à população activa empregada e não à população adulta em geral.

lizações de classe que temos vindo a analisar, tanto em termos de filiação, como no caso da participação em protestos públicos. É importante realçar a relativa ausência dos proletários das experiências associativa e de participação em protestos, visto que, em comparação com as restantes categorias assalariadas, são claramente os menos activos, como mostra a leitura dos dois quadros anteriores. Dir-se-ia que, ao contrário do voluntarismo veiculado pelo marxismo ortodoxo segundo o qual «o proletariado nada tem a perder a não ser as suas grilhetas», o que parece verificar-se é que «os que nada têm a perder são os que menos se revoltam» (Tocqueville, 1979). A nosso ver, tal fenómeno prende-se, em primeiro lugar, com a escassez de recursos escolares e económicos, com a situação vulnerável do mercado de emprego e o conseqüente sentimento de insegurança das classes mais despossadas, além do efeito das vinculações rurais e das redes domésticas e comunitárias que atrás assinalámos. Estes elementos interferem, sem dúvida, nas subjectividades da categoria proletária e, conseqüentemente, no próprio índice de «consciência de classe», com um resultado relativamente modesto para esta categoria, como também já se viu. Ao lado destes factores deve acrescentar-se o efeito produzido pelo actual panorama de massificação no campo dos consumos simbólicos, fortemente mediatizados e vulgarizados pelo império televisivo, cujo impacte junto das classes populares tende a favorecer a retracção e o fechamento em relação à vida pública, alheando o cidadão comum e os trabalhadores dos problemas nacionais e das instituições democráticas e inibindo a sua intervenção nos domínios da actividade cívica e política (Santos, 1994; Mozzicafreddo, 1997). O enorme défice de cidadania democrática, juntamente com os problemas da violência, do desemprego, da pobreza e exclusão social, são fenómenos sociais que permeiam hoje a sociedade portuguesa. Como consequência, o descontentamento popular pode assumir formas de radicalismo conservador (como se tem visto recentemente em algumas acções de rua contra a etnia cigana) em vez de dar lugar a acções colectivas e subjectividades de sentido emancipatório. Se a emergência de novos movimentos sociais vier a adquirir algum relevo em Portugal e se alguma forma de cidadania radical (Mouffe, 1996) vier a ser criada, com toda a probabilidade, tais processos e tais lutas passarão pela mobilização das categorias mais jovens e mais escolarizadas que estão a entrar no mercado de trabalho com um estatuto precário ou

que se vêem impedidas de ter acesso a ele. Efectivamente – e pese embora o voluntarismo subjacente a esta formulação – os resultados anteriores levam-nos a crer que serão sobretudo os chamados «técnicos não gestores» os potenciais dinamizadores de um novo radicalismo de classe média, mais interveniente na denúncia dos poderes instalados e mais exigente em relação ao papel das instituições e do Estado.

## Conclusão

A abordagem às classes sociais que acabámos de apresentar – embora de natureza estrutural e apoiada em resultados que apenas retratam a estrutura de classes num dado momento do tempo – procurou interpretar os dados à luz do processo de transformação social que a nossa sociedade vem sofrendo nas últimas décadas (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 1996). Das conclusões que daqui podem retirar-se é de realçar o peso marcante da categoria dos proletários, a significativa diminuição do campesinato e o aparecimento de novos sectores de classe média que incorporam níveis elevados de qualificações escolares. Embora a estrutura de classes continue a evidenciar as principais barreiras e clivagens no acesso a determinados bens e condições de conforto material, reconhecemos o seu relativo esbatimento no que toca à sua capacidade de modelação no campo das representações e atitudes subjectivas.

O papel do Estado na estruturação das classes mostrou-se particularmente importante no caso português, não só objectivamente, na expansão das novas classes médias como, pelo poder simbólico que veicula, no impacte que continua a ter sobre o imaginário das classes mais desapossadas enquanto principal garante da segurança. De destacar é ainda o facto de os índices de discriminação da força de trabalho feminina serem em Portugal claramente inferiores aos que vigoram nos países desenvolvidos. Também aqui, o sector administrativo do Estado, devido ao crescimento de alguns serviços públicos tradicionalmente feminizados (em particular o sistema de ensino), é o principal responsável por essa tendência.

No campo das atitudes subjectivas, para além da dificuldade em as explicar a partir da condição de classe, são visíveis alguns reflexos da complexidade de lógicas sócio-culturais que atravessam a nossa sociedade. Por outro lado, foi possível detectar alguma coerência entre a estrutura das localizações de classe e as orientações político-ideológicas.

Em relação às práticas associativas e de participação em protestos, são sobretudo as categorias de classe mais próximas de um estatuto de «classe média» (trabalhadores semi-qualificados, técnicos não gestores e gestores) que dão mostras de maior activismo cívico e político, o que nos leva a reforçar a ideia da necessidade de reconstruir o conceito de classe a fim de captarmos essas novas formas de luta (Eder, 1995).

Deste modo, estamos em crer que a crescente fragmentação das estruturas de classe não é necessariamente sinónimo da morte da classe enquanto variável explicativa das desigualdades sociais do nosso tempo. O conceito de classe social e toda a tradição teórica e sociológica a ele ligada continua a ser-nos útil na compreensão das clivagens sociais do mundo actual, apesar da profunda desestruturação que as forças globais impõem às sociedades de hoje. Exige-se para tal uma maior articulação analítica entre o campo produtivo e o dos consumos, já que as subjectividades e os processos de identificação que actualmente animam as formas emergentes de conflitualidade social são estruturados paralelamente em ambos os domínios, mas na base da sua mútua permeabilidade. Tanto na esfera local e nacional (com a emergência de conflitos que articulam produção, mercado e identidades), como na esfera global (com a democratização da oferta e a mercadorização de todo o tipo de bens a esconderem novos e velhos mecanismos de opressão, exclusão e exploração), as consequências de tais processos sobre as estruturas de classe dos diferentes países e regiões do mundo serão certamente múltiplas, mas não é de crer que culminem na abolição das classes enquanto expressão do antagonismo de interesses fundados na distribuição desigual de recursos. ■

## Referências Bibliográficas

124

- Almeida, João Ferreira de 1986 *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*. Lisboa: ICS.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* 1990 «Famílias, Estudantes e Universidade. Painéis de Observação Sociográfica» in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Actas do I Congresso de Sociologia, 1º Vol.. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* 1994 «Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos», in Reis, António (coord.) *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barreto, António (org.) 1996 *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, ICS.
- Bourdieu, Pierre 1979 *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Burawoy, Michael 1979 *Manufacturing Consent*. Chicago/London: University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael 1985 *The Politics of Production*. London/New York: Verso.
- Cabral, Manuel Villaverde 1997 *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Carchedi, Guglielmo 1989 «Classes and Class Analysis», in Erik Olin Wright (org.), *The Debate on Classes*. London: Verso.
- Clark, Terry N.; Lipset, Seymour 1991 «Are Social Classes Dying?», *International Sociology*, vol. 6, nº 4.
- Clark, Terry N. *et al.* 1993 «The Declining Political Significance of Social Class», *International Sociology*, vol. 8, nº 3.
- Costa, António Firmino da 1987 «Novos Contributos Para Velhas Questões da Teoria das Classes», *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 98.
- Costa, António Firmino da *et al.* 1990 «Estudantes e Amigos – Trajectórias de Classe e Redes de Sociabilidade», *Análise Social*, Vol. XXV, nº 105/106.
- Dahrendorf, Ralf 1982 *As Classes Sociais e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Eder, Klaus 1995 «Does Social Class Matter in the Study of Social Movements?», in Maheu, Louis, *Social Movements and Social Classes*. London: Sage.
- Estanque, Elísio 1993 «Poder, Trabalho e Cultura Local na Indústria do Calçado», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal – Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel 1998 *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Ferrão, João 1982 «Evolução e Estrutura Regional das Classes Sociais em Portugal (1960-1970)», *Finisterra*, Vol. XVII, nº 34.
- Ferrão, João 1985 «Recomposição Social e Estruturas Regionais de Classe (1970-1981)», *Análise Social*, Vol. XXI, nº 87/88/89.
- Ferrão, João 1990 «As Fragilidades do Processo de Modernização Social» in António Reis (org.), *Portugal Contemporâneo*, Vol VI. Lisboa: Publicações Alfa.
- Freitas, Eduardo 1973 «Sobre a Polarização das Relações Sociais em Portugal: 1930-1970», *Análise Social*, Vol. X, nº 38.



- Freitas, Eduardo *et al.* 1976 *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura – Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Lisboa: Editorial Presença.
- Gaspar, Jorge 1987 *Ocupação e Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências – Portugal. Os Próximos 20 Anos*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony 1975 *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Goldthorpe, John 1980 *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- González, Juan Jesus 1992 *Clases Sociales: estudio comparativo de España y la Comunidad de Madrid*. Madrid: Consejería de Economía de la Comunidad de Madrid – Departamento de Estadística.
- Hout, Mike *et al.* 1993 «The Persistence of Classes in Post-Industrial Societies», *International Sociology*, vol. 8, nº 3.
- Lima, Aida Valadas de 1986 «Sobre a agricultura a tempo parcial em Portugal», *Análise Social*, nº 91.
- Lukács, George 1971 *History and Class Consciousness*, Cambridge, Mass.: MIT Press (1ª ed. 1922).
- Marques, António; Bairrada, Mário 1982 «As classes sociais na população activa portuguesa, 1950-1970», *Análise Social*, nº 72/73/74.
- Mouffe, Chantal; Mozzicafreddo, Juan 1996 *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva.
- Mozzicafreddo, Juan; Nunes, Sedas; Miranda, David 1997 «Sobre a Teoria das Classes Sociais: As Contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 6.
- Mozzicafreddo, Juan; Nunes, Sedas; Miranda, David 1969 *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta
- Pakulsky, Jan 1993 «A Composição Social da População Portuguesa: Alguns Aspectos e Implicações», *Análise Social*. Vol.VII. nº 27/28.
- Pakulsky, Jan 1993 «The Dying of Class or of Marxist Class Theory?», *International Sociology*. vol. 8, nº 3.
- Pakulsky, Jan; Waters, Malcolm 1996a *The Death of Class*. London: Sage.
- Pakulsky, Jan; Waters, Malcolm 1996b «The Reshaping and Dissolution of Social Class in Advanced Society», *Theory and Society*. nº 25.
- Parkin, Frank 1979 *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*. London: Tavistock.
- Poulantzas, Nicos 1975 *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Poulantzas, Nicos; Miliband, Ralph 1975 *Debate Sobre o Estado Capitalista*. Porto: Afrontamento.
- Reis, José; Roemer, John 1992 *Os Espaços da Indústria*. Porto: Afrontamento.
- Roemer, John 1982 *A General Theory of Exploitation and Class*. London/ Harvard: University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa 1990 *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1994 *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

- Santos, Boaventura de Sousa (org.) 1993 *Portugal – Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Santos, M. Brederode; Dias, Mariana 1993 «Bem-estar individual, relações interpessoais e participação social», in Luís de França (Coord.), *Portugal - Valores Europeus, Identidade Cultural*. Lisboa: IED.
- Tocqueville, Alexis de 1979 *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (1ª Ed. 1856).
- Wright, Erik Olin 1979 *Class, Crisis and the State*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin 1989a *Classes*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin (org.) 1989b *The Debate on Classes*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin 1994 «Análise de Classes, História e Emancipação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 40.
- Wright, Erik Olin 1996 «The Continuing Relevance of Class Analysis - Coments», *Theory and Society*, nº 25.
- Wright, Erik Olin 1997 *Class Counts*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin et al. 1992 *Reconstructing Marxism*. London: Verso.